

## **Editorial**

### **Por que publicar uma revista?**

A publicação de uma revista acadêmica incentiva a pesquisa de estudantes, professores e pesquisadores. Ela democratiza o conhecimento que é produzido na universidade, pois expande para além de seus muros os resultados alcançados em seus estudos e se abre para o diálogo com outros estudantes, docentes e pesquisadores de diferentes instituições e regiões do país. Além de permitir a circulação de ideias, contribui também para o fortalecimento da cultura acadêmica e da liberdade de pensamento.

Mais do que um repositório de textos, as revistas buscam fomentar o estudo metodológico e científico do Direito — abordagem tantas vezes ignorada por estudantes e profissionais que, em certos contextos, colocam o uso político do Direito acima de seu caráter técnico, reflexivo e científico. A ciência jurídica, enquanto campo de saber crítico, não pode se reduzir a um mero instrumento de poder; ela deve ser compreendida como uma construção histórica, social e interpretativa, aberta ao debate e à constante reinvenção.

Publicar uma revista no curso de Direito da UEMG significa também ocupar um espaço simbólico e político. A UEMG, uma universidade pública ainda jovem, enfrenta, não raras vezes, os efeitos do descaso e da negligência por parte do poder público: cortes orçamentários, ameaças de privatização e sucateamento estrutural. Ainda assim, seguimos firmes! Com professores, servidores e estudantes comprometidos com um ensino de qualidade, com a produção de conhecimento e com a extensão universitária. A universidade resiste. E ao resistir, reafirma sua função social: ser um espaço público, democrático e transformador.

A **Revista Inova Jur** é, portanto, mais do que uma publicação acadêmica. É um instrumento de afirmação institucional, de resistência intelectual e de esperança. É a voz de uma universidade que existe e quer existir. Que luta para se manter viva, plural e comprometida com o saber crítico e emancipador.

Neste número, apresentamos artigos que refletem a diversidade temática do Direito contemporâneo, com abordagens interdisciplinares, análises de julgados, discussões teóricas e estudos de caso. Os textos aqui reunidos são fruto do empenho pesquisadores de pesquisadores e professores que, mesmo em tempos difíceis, seguem acreditando na educação pública como caminho para transformação social.

Nesta edição tivemos a honra de contar com a **ENTREVISTA DO PROFESSOR E DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL: DR. BRUNO ZAMPIER** que destacou a necessidade de regulação das redes sociais e da inteligência artificial para garantir transparência, responsabilidade e proteção dos direitos fundamentais. Apontou os riscos da manipulação algorítmica e da violação dos direitos autorais pela IA e a necessidade de prevenção de vieses nos sistemas automatizados. Ressaltou que os cidadãos sozinhos não conseguem se proteger dos riscos digitais, sendo fundamental o papel ativo do Estado para assegurar proteção e justiça.

Também contamos com a publicação de um artigo internacional de Angola de *Dorivaldo Manuel (Universidade Agostinho Neto)* - **PODER AUTÁRQUICO: um desafio das comunidades em Angola**, em que se analisa o poder autárquico em Angola como uma expressão política essencial das comunidades, mais do que dos partidos. A partir de uma abordagem qualitativa e documental, o autor defende que o poder local deve romper com o centralismo estatal, promovendo a democracia a partir da base. Na produção científica nacional publicamos o artigo **TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NOS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITAIS: o criminal compliance e o elemento subjetivo** de *Patricia Fernanda Macedo Possamai (Faculdade Milton Campos)* em que a autora investiga se programas eficazes de compliance criminal podem afastar a aplicação da teoria da cegueira deliberada em casos de lavagem de dinheiro. Conclui que o compliance bem implementado pode demonstrar a boa-fé da empresa e prevenir a responsabilização penal.

E ultrapassando as divisas do Estado de Minas Gerais, publicamos o artigo **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LAICIDADE ESTATAL E DA LIBERDADE RELIGIOSA: um protótipo de Estado teocrático neopentecostal?** de *Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão (Universidade Federal de Catalão)* no qual o autor a partir de uma análise foucaultiana do discurso, o artigo propõe a hipótese de formação de um projeto teocrático neopentecostal no Brasil e examina a aliança entre bolsonarismo e lideranças religiosas e seu impacto sobre a laicidade e as religiões de matriz africana. Vindo do Estado de São Paulo, o artigo **ALIMENTANDO A VULNERABILIDADE: investigando a interseção entre fome e condições análogas à escravidão entre migrantes** os autores *Guilherme Manoel de Lima Viana (UFABC) e Bruno Petillo de Castro Boscatti (Universidade Presbiteriana Mackenzie)* analisam como fome e a migração forçada estão relacionadas à exploração de trabalhadores em

condições análogas à escravidão. Destacando os impactos socioeconômicos duradouros sobre a saúde, a educação e a exclusão social de migrantes. E, por fim, o artigo de *Bruno Fernandes (PUC Minas/Unopar)* - **OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS E A CRISE FINANCEIRA ESTATAL** - faz uma análise crítica, com base em estudos de caso em Belo Horizonte e São Paulo, sobre como as Operações Urbanas Consorciadas vêm sendo utilizadas como instrumentos de financiamento, em detrimento do planejamento urbano democrático. Criticando a apropriação desses mecanismos pela lógica de mercado e sua baixa eficácia na promoção do direito à cidade.

Esperamos que esta edição da *Revista Inova Jur* desperte reflexões críticas, provoque questionamentos e estimule novas pesquisas. Que cada leitura seja um convite ao pensamento crítico-reflexivo e ao compromisso com a justiça social e à valorização da ciência jurídica como instrumento de transformação. Agradecemos a todas e todos que contribuíram com seus trabalhos, avaliações e revisões para tornar esta publicação possível.

**Boa leitura e até a próxima!**

*Vanessa de Castro Rosa*

*Membro da Equipe Editorial*